



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral

Comissão Permanente de Convênios - CPCo

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP

CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7631

secretaria.cpc@ufabc.edu.br

Ata nº 7/2018/CPCo

Aos 13 dias do mês de junho de 2018, no horário das 15h03min, na Sala 302 do 3º andar, do Bloco L, do *Campus* Santo André, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Avenida dos Estados, 5001, Bairro Santa Terezinha, Santo André, São Paulo, realizou-se a VII sessão ordinária da Comissão Permanente de Convênios (CPCo) do ano em curso, previamente convocada pela Sara Cid Mascareñas Alvarez, representante da Pró-Reitoria de Administração (ProAd), com a presença dos seguintes **membros**: Alexandre Acácio de Andrade, representante do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Priscila Carvalho Dalviasom, representante suplente da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC), Simone Aparecida Pellizon, representante suplente da ProAd e Vanessa Soraia Sales dos Santos, representante da Assessoria de Cooperativas Institucionais e Convênios (ACIC). **Participantes**: Não houve. **Apoio administrativo**: Fabiana Vallini, secretária executiva da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, Sara, após cumprimentar os presentes, inicia a reunião com a sessão de **informes**: 1. Presidência da VI Sessão CPCo. Vanessa informa que na ausência da professora Sônia, a Sara irá presidir essa sessão. 2. Formação de um Grupo de Trabalho pela Reitoria para conduzir a revisão da Resolução ConsUni nº 135 (que normatiza a colaboração esporádica e eventual dos docentes em regime de dedicação exclusiva – RDE em assuntos de suas especialidades), atendendo a Recomendação da CPCo nº 4, de 23 de maio de 2018. Vanessa comunica que a Reitoria deve publicar em breve no Boletim de Serviço, portaria de nomeação dos membros que comporão o GT que irá tratar da revisão da Resolução nº 135. 3. Retorno do Prof. Alexandre Acácio quanto ao 4º (quarto) item discutido na VI sessão ordinária, de 23 de maio de 2018, conforme Ata da reunião e informações da Divisão de Patrimônio sobre a resolução do caso. Professor Alexandre relata que após várias tentativas conseguiu contato com o professor Paulo Santana que esclareceu que já estava tudo resolvido com a Divisão de Patrimônio. Vanessa destaca que a Divisão de Patrimônio informou que está tudo correto e que os bens já foram tombados. **Ordem do Dia**: 1. Ata da VI sessão ordinária de 2018, realizada em 23 de maio de 2018. Encaminha-se para a votação. Aprovada por unanimidade. 2. Análise do processo nº 23006.001119/2018-82, celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Ministério das Cidades para o desenvolvimento do projeto intitulado “Elaboração dos Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs) dos municípios de Franco da Rocha-SP e São Bernardo do Campo-SP”, e autorização para a contratação da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) para apoio na gestão administrativa deste projeto. Vanessa inicia explicando que o projeto foi aprovado pelo Conselho de Centro do CECS em abril de 2018, tem como vigência 15 (quinze) meses e o projeto envolverá alguns bolsistas, sendo: 8 (oito) bolsistas de iniciação científica, 4 (quatro) bolsistas entre mestrado e doutorado e 1(um) bolsista pós-doc. A demandante também solicita a contratação da FUNDEP para execução do projeto. Desta forma, a demandante solicita duas aprovações à aprovação da celebração do TED e a celebração da contratação da FUNDEP. Sara cita que em parecer a Procuradoria recomenda que se verifiquem as disposições de limite para dedicação e carga horária e também teto de remuneração, conforme previstos nas legislações vigentes. Vanessa relata que no processo já consta declaração de horas e teto remuneratório dos docentes que estão definidos como participantes no projeto, porém há ainda alguns docentes a definir, mas assim que iniciar o termo será solicitado declaração deste que estão pendentes. Sara destaca que ficou em dúvida com relação à Resolução nº 135 sobre em qual item o projeto se enquadraria para verificar a incidência ou não da Taxa de Ressarcimento Institucional (TRI). Vanessa esclarece que realizou consulta e constatou que usualmente a CPCo não tem realizado a cobrança de TRI quando trata-se de



Universidade Federal do ABC

44 recursos públicos federais, pois esse recurso é do orçamento da União e ocorre apenas uma
45 descentralização de execução. Destaca ainda, que na Resolução ConsUni nº 159, cita que não incidirá
46 TRI em produtos oriundos de agências oficiais de fomento e instituições análogas. Encaminha-se
47 para votação. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, a reunião encerra-se às 15h18, da
48 qual, para constar, eu, Fabiana Vallini, secretária executiva da Secretaria-Geral, lavrei esta ata que,
49 após aprovada, será assinada por mim e pela presidente da CPCo.

Fabiana Vallini
Secretária Executiva

Sonia Maria Malmonge
Presidente da Comissão Permanente de Convênios